

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

PARECER N° 04/2026

PARECER PRÉVIO N° 17/2026 TCE/PR

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024

RELATÓRIO

Encontra-se em análise nesta Comissão de Educação, Saúde, Ação Social e Habitação a Prestação de Contas Anual do Município de Capitão Leônidas Marques, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Prefeito Municipal, Senhor Maxwell Scapini, acompanhada do Parecer Prévio nº 17/2026, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Processo nº 191691/25.

O Tribunal de Contas emitiu Parecer Prévio pela Regularidade das Contas, concluindo pela inexistência de irregularidades capazes de comprometer a gestão do exercício financeiro de 2024.

No âmbito das atribuições desta Comissão, procedeu-se à análise dos indicadores relativos às áreas de Educação, Saúde e Assistência Social constantes do Parecer Prévio.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Na área da Educação, observa-se que a Rede Municipal de Ensino contava, em 2024, com 9 unidades educacionais, atendendo 1.813 alunos, distribuídos entre creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental. Nos últimos quatro anos houve crescimento de 192 matrículas, demonstrando ampliação da oferta educacional.

Os indicadores de acesso ao ensino apresentam resultados bastante positivos, destacando-se:

- Atendimento de 100% das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola;
- Inexistência de crianças de 4 a 5 anos e de crianças acima de 6 anos fora da escola;
- 100% dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Atendimento de 46,4% das crianças de 0 a 3 anos em creches.

Quanto à qualidade do ensino, o Município alcançou IDEB de 6,8 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mantendo excelente desempenho educacional. A taxa de aprovação atingiu 99,8%, enquanto a distorção idade-série permaneceu em apenas 2,6%, indicadores que demonstram eficiência da política educacional municipal.

No exercício de 2024 foram empenhados R\$ 25.325.648,05 na função Educação.

Na Avaliação da Atuação Governamental realizada pelo Tribunal de Contas, a área da Educação obteve nota 7,59, permanecendo em patamar

considerado satisfatório. Embora tenha ocorrido pequena redução em relação ao exercício anterior, o próprio Tribunal concluiu que não houve situação capaz de caracterizar irregularidade ou justificar ressalvas, considerando o tópico plenamente atendido.

Na área da Saúde, o Município manteve 8 Unidades Básicas de Saúde, assegurando 100% de cobertura da Atenção Básica à população.

Entre os indicadores apresentados destacam-se:

- 52% das gestantes realizaram pelo menos seis consultas de pré-natal;
- 60% realizaram exames para sífilis e HIV;
- 66% receberam atendimento odontológico;
- 76% das crianças de um ano encontravam-se vacinadas conforme os indicadores do Previnhe Brasil.

Durante o exercício foram aplicados R\$ 28.199.752,57 na função Saúde, contemplando investimentos em Atenção Básica, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, equipamentos permanentes e obras nas unidades de saúde.

Na Avaliação da Atuação Governamental, a Saúde alcançou nota 5,41. Apesar da redução em comparação ao exercício anterior, o Tribunal de Contas consignou expressamente que não foram verificadas situações relevantes que ensejassem ressalvas, considerando o tema igualmente atendido.

Na Assistência Social, o Município manteve estrutura composta por 1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, responsável pelo atendimento da população em situação de vulnerabilidade.

Em dezembro de 2024 havia:

- 3.509 famílias inscritas no Cadastro Único;
- 3.222 pessoas integrantes de famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda.

Os investimentos na função Assistência Social totalizaram R\$ 3.147.350,09, representando crescimento em relação aos exercícios anteriores.

A Avaliação da Atuação Governamental apresentou evolução significativa, elevando a nota da Assistência Social para 5,67, representando aumento de 1,10 ponto em relação ao exercício anterior.

Houve melhora especialmente nos indicadores relacionados:

- Ao diagnóstico socioterritorial;
- À articulação territorial e intersetorial;
- Aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
- À estrutura física e às equipes de referência do CRAS.

O Tribunal concluiu que a atuação governamental nesta área apresentou desempenho satisfatório, sem apontamentos capazes de comprometer a regularidade das contas.

CONCLUSÃO

Após análise dos elementos constantes da Prestação de Contas Anual e, especialmente, do Parecer Prévio nº 17/2026 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, verifica-se que as áreas de competência desta Comissão apresentam indicadores que evidenciam a manutenção e o desenvolvimento das políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social durante o exercício financeiro de 2024.

Embora o Tribunal tenha registrado pequenas oscilações nas notas de Educação e Saúde em relação ao exercício anterior, concluiu expressamente que tais variações não configuram irregularidades nem comprometem a regularidade da gestão, recomendando apenas o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas.

Considerando que:

- O Tribunal de Contas emitiu Parecer Prévio pela Regularidade das Contas;
- Foram cumpridos os investimentos nas áreas sociais;
- Os indicadores demonstram continuidade na prestação dos serviços públicos essenciais; e
- Não foram constatadas irregularidades nas matérias afetas a esta Comissão.

Assim, esta Comissão de Educação, Saúde, Ação Social e Habitação manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação da Prestação de Contas Anual do Município de Capitão Leônidas Marques, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Prefeito Municipal Sr. Maxwell Scapini, acompanhando integralmente o Parecer Prévio nº 17/2026 emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala de Comissões, 17 de junho de 2026.



ODAIR FRANCISCO FARINA

Presidente



REVAIR JOSÉ RODRIGUES

Relator



ROBSON ANSELMO BERGAMIN

Membro